

O Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como espaço de representação política: análises e discussões sobre consciência e participação política

Fernanda Schinaider¹, Aline Reis Calvo Hernandez², Liriane Petry³

¹ Pós-graduanda do curso de Especialização em Gestão de Currículo na Formação Docente. Unidade Universitária em São Francisco de Paula, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, RS, Brasil.

E-mail: schinaiderfernanda@outlook.com

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Líder do grupo de pesquisa POLEMHIS Psicologia Política, Educação, Memórias e Histórias do Presente (CNPq).

E-mail: alinehernandez@hotmail.com

³ Acadêmica do curso de graduação em Bacharelado em Gestão Ambiental. Unidade Universitária em São Francisco de Paula, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, RS, Brasil.

E-mail: lirianepetry@gmail.com

Recebido em: 14 jan. 2019. Aceito em: 03 mar. 2019.
DOI: <http://dx.doi.org/10.21674/2448-0479.52.147-159>

Resumo

O artigo analisa o processo de consciência e participação política dos estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) na construção da entidade máxima de representação estudantil: o Diretório Central de Estudantes (DCE). A discussão aprofunda duas das sete dimensões do Modelo Analítico de Estudo dos Fenômenos da Consciência Política proposto por Salvador Sandoval (2016). Os dados foram acessados por meio de análise documental, consulta a bases de dados públicas e aplicação de questionário, buscando analisar a estrutura, os objetivos, o contexto político de criação e atuação, o projeto, segundo as percepções dos membros do DCE na consolidação da entidade. Foram discutidos os conceitos de participação e representação política, consciência política, ação coletiva e, de forma pormenorizada, as dimensões “Identidade Coletiva”, “Crenças e Valores Societais”. Essas dimensões se expressam nos significados atribuídos à experiência política de participação, pois a participação política dos estudantes se configura a partir de espaços coletivos de discussão resultantes da cultura política em que estão inseridos. A formulação da consciência política é um processo de experiência subjetiva e influencia na intensidade da participação. A cultura política foi uma variável determinante à identidade coletiva, pois os estudantes que participaram DCE se identificaram a um grupo e compartilharam interesses coletivos, valores e crenças alinhados ao interesse grupal. Os dados indicam que as crenças e valores societais alinhados os objetivos e estratégias das ações irão impactar na eficácia política do projeto político e serão determinantes à sua manutenção e fortalecimento ou fragilização.

Palavras Chave: Estudantes. Representação. Participação. Consciência Política.

Abstract

The article analyzes the process of awareness and political participation of the students of the Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Brazil, in the construction of the maximum student representation entity: the Diretório Central de Estudantes (DCE). The discussion deepens two of the seven dimensions of the Analytical Model of Study of the Phenomena of Political Consciousness proposed by Salvador Sandoval (2016). The data were accessed through documentary analysis, consultation of public databases and questionnaire application, seeking to analyze the structure, the objectives, the political context

of creation and performance, the project, according to the perceptions of the DCE members in the consolidation of the entity. The concepts of participation and political representation, political awareness, collective action and, in a detailed way, the dimensions “Collective Identity”, “Societies Beliefs and Values” were discussed. These dimensions are expressed in the meanings attributed to the political experience of participation, since the political participation of the students is shaped by collective spaces of discussion resulting from the political culture in which they are inserted. The formulation of political consciousness is a process of subjective experience and influences the intensity of participation. Political culture was a determinant variable for collective identity, since the students who participated in the DCE identified themselves to a group and shared collective interests, values and beliefs aligned with the group interest. The data indicate that societal beliefs and values aligned with the objectives and strategies of the actions will impact on the political effectiveness of the political project and will be decisive for its maintenance and strengthening or weakening.

Keywords: Students. Representation. Participation. Political Awareness.

Introdução

[...] importa que se indague sobre as razões que motivam sujeitos a adotarem ações coletivas como alternativas para a transformação social da realidade em que vivem (SILVA, 2003, p. 57).

A universidade pública como espaço de reflexão e diálogo contribui direta e indiretamente à formação profissional e pessoal de indivíduos que representam o presente e o futuro de uma sociedade que carece de renovação tanto política quanto social. Mostra-se como um espaço potente para desencadear mudanças. Nesse espaço se encontram jovens estudantes capazes de reivindicar direitos, formular projetos e transformar realidades, a partir de suas ações, a fim de impulsionar outros sujeitos e grupos sociais.

A representação e a participação política de estudantes é o “objeto” desse estudo, a partir do estudo de caso da 1ª gestão do Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, representação máxima dos estudantes na universidade. Busca-se analisar alguns indicadores de participação, tomando como base duas das sete dimensões que compõem o Modelo Analítico de Estudo dos Fenômenos da Consciência Política de Salvador Sandoval (2016), sendo esta a versão mais atual do modelo revisado a partir do anteriormente publicado em 2001.

Buscamos compreender a construção da entidade DCE em uma universidade pública, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que se faz presente há 17 anos em território gaúcho, distribuída em 24 municípios, visando o desenvolvimento regional sustentável e contribuindo nos âmbitos educacional, político e social em níveis nacional e internacional.

O processo de formulação e consolidação dessa universidade pública é fruto da mobilização de diferentes frentes da sociedade gaúcha em 2001¹, as quais reivindicavam uma universidade pública estadual desde os anos 1980. As diferentes representações como o movimento sindical, municípios gaúchos, órgãos representativos de professores, funcionários, estudantes do ensino médio, movimentos sociais e outras universidades deram origem ao projeto da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul que, a partir dessa soma de esforços influenciaram o poder público a criar a UERGS em 10 de julho de 2001.

Devido a todo seu percurso histórico a UERGS enquanto instituição pública no estado do Rio Grande do Sul é espaço de lutas e conquistas e busca incessantemente seu reconhecimento, legitimação e autonomia em âmbito educacional, político, econômico e social. Alguns desafios ainda são perseguidos pelas gestões e comunidade universitária: a autonomia universitária que ainda depende da criação de um fundo próprio desvinculado do caixa único do estado, a contratação do quadro mínimo de docentes de graduação e pós-graduação, a formulação e implementação de políticas estudantis que promovam mais que o acesso, a permanência e diplomação dos estudantes.

A UERGS encontra-se entre as dez Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Rio Grande do Sul, estando em 4º lugar no conceito médio de Graduação (IGC/2016)². Oferta cerca de 1.500 vagas por ano³,

¹ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 11 julho 2001.

² IGC: Índice Geral de Cursos, 2016.

³ Média calculada a partir dos Processos seletivos para provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) nos anos de 2015, 2016 e 2017.

incluindo graduação e pós-graduação e reserva 50% para candidatos de baixa renda, negros e índios e 10% para pessoas com deficiência (PCD), considerando que 46% dos inscritos que fizeram a prova nacional do ENEM em 2014 apresentaram renda de até 1,5 salários mínimos ou menos. Assim, a UERGS oferta para esses estudantes mais da metade de suas vagas, incluindo quase 2% da população do Estado do RS no ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Considerando esses dados podemos considerar que grande parte dos estudantes inseridos nesse contexto da UERGS são pessoas advindas de classes sociais baixas, cuja única possibilidade de ingressar na Universidade é mediante bolsas de estudo através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), ofertadas nas universidades públicas como a UERGS.

Diante deste contexto que se manifesta de forma expressiva na sociedade gaúcha desde 2001 destaca-se a importância de construção de um espaço de diálogo entre os estudantes e a universidade, um locus de representação e diálogo que representasse os estudantes nas decisões e nas atividades políticas dentro e fora da universidade.

A partir disso, evidenciamos nesse artigo quais os significados atribuídos à experiência política dos estudantes, embasando as análises nos estudos de Silva (2002, 2003, 2007), Costa (2006) e Palassi (2016), a partir das diversas perspectivas sobre as dimensões da consciência e da participação política que os incentivaram na construção de uma entidade que estava adormecida há 15 anos.

Os fluxos de dados do estudo se deram a partir da análise documental dos princípios e diretrizes da Instituição UERGS (missão, visão, valores), últimos dados institucionais publicados em 2018, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político Pedagógico da UerGs (PPPI), estatuto do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UERGS) e aplicação de questionários junto aos representantes da entidade.

Os questionários buscaram analisar a estrutura, objetivos e projeto do DCE/UERGS, o contexto político de criação e atuação, as percepções dos membros do DCE acerca da construção e consolidação da entidade, além de analisar a percepção dos membros do DCE acerca do movimento estudantil em questões de participação e representação política. Foram analisadas de forma pormenorizada as dimensões “Identidade Coletiva”, “Crenças” e Valores Societais” oriundas do modelo em análise, além do conjunto de ações que embasaram a experiência de representatividade dos estudantes.

O artigo se estrutura a partir de um referencial pautado nos eixos que foram abordados no questionário: as percepções de participação política estudantil, a “construção” da consciência política, o sentimento de identidade coletiva, além daqueles fazem com que os estudantes se sensibilizem com questões concernentes às políticas na universidade.

Esse artigo é fruto da disciplina eletiva “Psicologia Política, Ação Pública e Mudança Social” ofertada no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Sustentabilidade (PPGAS) da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, com sede na Unidade Hortênsias – São Francisco de Paula.

Dimensões da consciência política e participação

[...] consciência é um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas. (...) A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro do contexto em que é exercido aquele padrão de conduta (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 32).

A importância de diferentes grupos de estudantes estarem inseridos em um espaço como a Universidade, onde a pluralidade e a diversidade de ideias estão presentes, pulsantes, contribui a que reflitam sobre suas necessidades e demandas comuns, formulem proposições e ações coletivas. Silva (2003, p. 64-65) aborda que “(...) os fatores sociais moldam as ações coletivas e, portanto, o contexto social em que elas ocorrem é fundamental, pois é nesse contexto que as representações sociais são geradas e modificadas”.

Introduzimos os estudos de Costa (2006) para refletirmos sobre esse contexto do qual estamos nos debruçando, “considerando que é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma a sua consciência sobre a sociedade, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana são aspectos importantes para traçar uma compreensão dos obstáculos à politização” (COSTA, 2006, p. 166).

Os estudos de Silva (2003) apontam que “toda a vez que o contexto for desfavorável à realização dos anseios do sujeito ele aderirá à mudança social. Do contrário, ele tentará construir de maneira individual a realidade; ele se filiará a mobilidade social” (SILVA, 2003, p.65).

[...] o indivíduo através da participação política em diferentes espaços comunicativos e o enfrentamento com diversas condições objetivas muito difíceis, consolida um tipo de identidade onde há maior espaço para a dimensão coletiva. A partir de então, o agir no coletivo passa a ser a característica principal desses indivíduos que constroem espaços de agir coletivo. (SILVA, 2003, p.66).

As ações coletivas exercem o poder de formular significações sociais, esclarecer informações sendo potentes instrumentos de transformação, contando que as ações refletem em grupos e outros espaços de convivência, reivindicando direitos. Silva (2003, p.67) afirma que a “[...] simples participação em manifestações pode levar o indivíduo a repensar sua situação concreta - realidade - na sociedade em que vive, assim como a sua prática social”.

Baseado nessas participações os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos, nas *ações incentivam-se enquanto grupo e se mobilizam a partir de um conjunto de práticas*.

Inicialmente, temos uma participação presencial, a qual vai se ampliando de acordo com as estratégias de ação político pedagógicas, utilizadas pelas lideranças e de acordo com a capacidade de internalização de cada um dos sujeitos alvos dessas ações. Assim, um sujeito que inicialmente tinha a sua participação política no nível presencial pode chegar a um nível mais profundo, o da participação ativa, indicando uma configuração mais complexa da consciência política, mais consolidada. (SILVA, 2003, p.68).

As dimensões psicossociais propostas no Modelo Analítico de Estudo dos Fenômenos da Consciência Política de Salvador Sandoval, edição revisada (2016), são sete e articulam-se ativamente, no entanto, são também independentes, esclarecendo o que faz com que os indivíduos participem ou não de ações coletivas, sendo elas: 1) Identidade Coletiva; 2) Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade; 3) Interesses Coletivos; 4) Eficácia Política; 5) Sentimento com Respeito aos Adversários; 6) Metas e Repertórios de Ações e 7) Vontade de Agir Coletivamente.

Sandoval apresenta este estudo como um modelo conceitual para compreensão da consciência política de indivíduos e grupos, seus saberes políticos sobre a sociedade e sobre como estes saberes influenciam os membros dessa sociedade. Ele descreve essa noção de consciência política como:

[...] processo contínuo de elaboração de visões de mundo em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos (...). Neste sentido, as dimensões constitutivas do modelo devem ser vistas como categorias analíticas psicossociais cujo entrelaçamento depende mais da especificidade das experiências de indivíduos em diferentes contextos políticos e históricos do que as vontades apriorísticas dos pesquisadores (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 35-36).

Os estudos de Silva (2002, 2003, 2007) analisam algumas das dimensões da consciência política, segundo o Modelo Analítico de Estudo da Consciência Política de Salvador Sandoval (2001) o qual propõe um conjunto de indicadores que denomina de Dimensões da Consciência Política.

Esse estudo, somado aos de Costa (2006) que do mesmo modo busca compreender a formação da consciência política em contextos políticos, apresenta uma conceitualização dessas dimensões de acordo com o modelo de Sandoval (2001). A partir desses referenciais buscamos analisar essas dimensões de acordo com o contexto que estamos discutindo nesse estudo, o projeto do DCE da UERGS.

Diante desse conjunto, vamos centralizar a análise e compreensões sobre as seguintes dimensões: Identidade Coletiva, Crenças e Valores Societais, fundamentando as questões relacionadas à representação e participação política dos estudantes enquanto membros representantes do DCE/UERGS.

A dimensão “Identidade Coletiva” diz respeito ao que o seu próprio nome refere, o indivíduo se identifica ao grupo, portanto, ele atribui significados a essa relação, a alguma categoria social desse grupo, pois com ele se identifica.

Por Identidade Coletiva, Sandoval define aquela dimensão da consciência que se relaciona com sentimentos de pertença a grupos sociais, uma das bases da solidariedade. Por Identidade Coletiva entende-se aquele momento em que o indivíduo escolhe a prioridade para focar na sua lealdade e solidariedade em relação a uma categoria social específica no processo de se tornar um ator mais politizado. (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 39).

Portanto, relaciona-se ao sentimento de pertença a um grupo que manifesta interesses similares. Esse alinhamento de interesses e perspectivas impulsiona as ações coletivas do grupo, ações que precisam de acordos possíveis, ainda que provisórios. Esses sentidos e significações se formulam a partir das relações entre os estudantes, no estabelecimento de objetivos e pautas de luta, no projeto de construção do DCE/ UERGS com base nos objetivos, expectativas motivos e motivações que levaram os estudantes a se engajaram a tal organização.

Sandoval (2001) citado por Costa (2006) descreve identidade coletiva como “uma dimensão da consciência política que se refere ao caminho estabelecido pelos indivíduos como a identificação psicológica com interesses e sentimentos de solidariedade e pertencimento a um ator coletivo” (COSTA, 2006, p. 169).

Essas reflexões de Sandoval (2001) quanto à identificação psicológica revelam que os indivíduos se encontram em determinados espaços de convivência e a identificação se relaciona para além dos valores e crenças que estes carregam durante a vida. Refere-se aos significados e interpretações atribuídos aos processos, contextos e instituições, lugares significados nas relações pessoa-pessoa, pessoa-lugar, enfim, nas relações afetivas com o lugar.

Silva (2002) aborda que o conjunto de crenças e valores nos possibilita essas relações, possibilita a construção dessas ações que são conduzidas pelo grupo com o qual os indivíduos se identificam.

É a partir do conjunto das crenças e valores identificados na conduta do outro que se estabelecem redes de solidariedade e a conseguinte identidade coletiva, na qual a arena política, assim como o sentimento de eficácia e ineficácia política atuam como fio condutor durante a construção e manutenção dessa identidade coletiva. Portanto, entendemos que as crenças e valores sociais são a base permanente para a *desre-construção* da identidade coletiva, possibilitando sua ação coletiva. (SILVA, 2002, p. 124).

Contudo, a dimensão “*Crenças, Valores e Expectativas sobre a Sociedade*” se refere aos significados que o indivíduo atribui a esses termos a partir de suas relações sociais, resultantes das experiências nos diversos contextos de interação e dos valores sociais elaborados, disseminados e “controlados”. De modo que “podem ser entendidas como a representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura social, as práticas e finalidades das relações sociais” (COSTA, 2006, p. 169) enquanto desenvolvem visões de mundo, significados, “essas representações são produtos das interações sociais e da experiência dos indivíduos nos vários grupos, instituições e contextos da vida em sociedade” (COSTA, 2006, p. 169). “Assim, entendemos que o universo simbólico construído socialmente pelo sujeito [...] tem suas raízes em suas experiências históricas de vida e da sociedade a que pertence [...]” (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 36).

No contexto estudado, essa dimensão se caracteriza na forma com que os estudantes envolvidos com o DCE se relacionam nos diversos espaços da universidade. A universidade como um espaço de convivência e socialização não se limita às salas de aulas, mas se expande para além de seus muros, fazendo refletir conceitos, valores e crenças nas vidas e interesses que ultrapassam esses limites. Nas palavras de Sandoval e Silva (2016) esses espaços se referem às instituições e como os sujeitos nesse processo de socialização internalizam os valores e crenças institucionais, a partir da interação subjetiva e ativa numa cultura política.

A partir do processo de interação com as instituições, ocorre a aquisição de valores sobre a sociedade que estão presentes na cultura política hegemônica, enquanto as crenças elaboradas como consequências das experiências vividas nessa sociedade efetivam a individualização do sujeito (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 36).

Os indivíduos ingressam na universidade em constante experiência com outras redes e realidades coletivas (casa, família, amigos) que também interferem à constituição de quem são, considerando aqui seus valores e crenças. Silva (2002) descreve essa complexidade com base na dimensão que estamos a refletir:

Assim, poder-se-ia dizer que essa dimensão ocupa um lugar de referencial ideológico. À medida que os sujeitos particulares e coletivos vão ressignificando valores e crenças mediante sua interação com o outro, com o grupo, à medida que eles vão se fazendo objetos de si mesmo e reorganizando suas pautas interiores, os conteúdos da consciência política são deslindados em suas dimensões, aumentando a complexidade da configuração da consciência. (SILVA, 2002, p. 125).

Na dimensão “Interesses Coletivos” Sandoval (2001) se refere a uma relevante posição de estudo no modelo analítico sobre a consciência política. Aponta que “sem a noção de um adversário visível é impossível mobilizar os indivíduos a agirem e coordenarem ações contra um objetivo específico seja este um indivíduo, um grupo ou uma instituição” (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 40). O adversário nesse caso pode ser entendido como a localização de uma adversidade, de algo que não funciona acorde aos interesses do grupo e deve ser modificado. Essa localização de adversidades ou campos adversários faz com que o grupo se organize, elenque pautas e objetivos, formule um projeto ativista. Assim, a dimensão “Eficácia Política” se refere à capacidade de ação do grupo sobre os acontecimentos políticos e sociais em dado momento ou situação política.

Para melhor explicar essa dimensão Sandoval (2001, 2016) usa como base de estudo a Teoria da Atribuição (HEWSTONE, 1989). De acordo a essa teoria, a causa desses acontecimentos políticos podem estar atribuídos a três diferentes fatores:

Primeiro: [...] os eventos resultam de forças transcendentais ao sujeito como tendências históricas, desastres naturais e intervenções divinas. Sujeitos que atribuem a origem social a causas dessa ordem, possuem sentimentos de baixa eficácia política. [...] gerando conformismo e reações submissas em situações de angústia social. Segundo: [...] os eventos são entendidos como resultantes da própria pessoa e de sua capacidade ou incapacidade de lidar com alguma situação específica. [...] o sujeito busca soluções individuais para situações sociais. Caso não possuam capacidades para lidar com as condições e as consequências de dadas situações, a angústia social decorrente resulta em sentimentos de autculpabilização. Terceiro: [...] permite aos sujeitos acreditarem na potencialidade das ações individuais ou coletivas contra os autores da situação de angústia [...]. Nesta terceira possibilidade de atribuição da origem social encontramos os motivos que permitem o sujeito tornar-se ator social mudando sua própria vida e a vida dos outros frente às contradições de sua realidade (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 42).

A dimensão “Sentimentos com Respeito aos Adversários” se refere ao sentimento de reciprocidade social diante das relações entre os indivíduos, o qual se encontra diante de bases históricas de avaliação que determinam se as relações se encontram em equilíbrio ou não. Este possível desequilíbrio é entendido pelos indivíduos como uma situação de injustiça e que motiva os movimentos sociais a legitimar seus protestos, reivindicações, como forma de representar esse sentimento de insatisfação coletiva.

A “Vontade de Agir Coletivamente” é uma dimensão em que os indivíduos manifestam a sua vontade de agir através de suas participações nas ações coletivas para lutar contra injustiças percebidas, sofridas ou para conquistar novos direitos. Essa dimensão é fundamentada nos estudos de Bert Klandermans (1992), o qual propõe três tópicos que apontam as condições de participação desses indivíduos. São eles: custos e benefícios das relações resultantes das participações ou não nos movimentos, os ganhos e perdas de benefícios materiais dos indivíduos que se envolvem no movimento e os riscos físicos que são percebidos nessas participações. Portanto, Sandoval (2016) aponta que a vontade de agir coletivamente é uma escolha informada e significada pelos indivíduos mediante a influência das demais dimensões.

A dimensão “Metas e Repertórios de Ações” coloca em foco a percepção dos participantes quanto às metas e objetivos do movimento, se eles vão ao encontro de seus interesses e são acordes aos sentimentos de injustiça e eficácia política. “Esta dimensão diz respeito à forma com que os outros componentes da consciência política interagem com características de organização do movimento” (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 44).

A partir dessas dimensões procuramos analisar e discutir sobre as motivações que levaram esse grupo de estudantes a elaborar um projeto coletivo e instituir o DCE em uma Universidade que já está presente há 17 anos no Brasil, sendo que após todos esses anos esse espaço não havia se estruturado. De acordo com a União Nacional dos Estudantes (2017) um DCE é:

[...] a entidade que representa o conjunto dos universitários de uma determinada universidade. Deve existir nas instituições de ensino que tenham mais de quatro cursos superiores. O DCE possibilita aos estudantes o debate e mobilizações relacionadas àquela instituição, seus problemas, desafios gerais ou específicos. Promove também atividades culturais, calouradas, e representa o conjunto daqueles estudantes nas UEEs e na UNE. Os DCEs realizam eleições anuais ou bienais, além de assembleias, conselhos de DAs e CAs, entre outras formas de organização para ouvir os alunos e agir. (UNE, 2017).

O quadro de oferta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) é composto por 20 cursos de graduação e 15 de pós-graduação distribuídos nas 24 unidades universitárias no Estado, somando 5.308 estudantes na Universidade⁴. Esses números ressaltam a importância dessa entidade e revelam a importância desse estudo em registrar e analisar os aspectos mobilizadores dessa ação de participação política, após 17 anos de instituição. De acordo com Silva (2002, p.108):

A aceitação espontânea de normas sociais e em última instância da estruturação de classes, desigualdades sociais, e submissão política disfarçada de “requisito” do viver rotineiro, podem ter o efeito de tornar o indivíduo um conformista na medida em que carece da instrumentação intelectual para um raciocínio sistemático e crítico, e das práticas diárias do exercício democrático de direitos e obrigações de cidadania. Essa alienação, evidenciada no fragmento da consciência das pessoas é melhor ilustrada na dificuldade que têm de conceitualizar a estrutura social, a estratificação social e o regime democrático.

A citação de Sandoval (1994) ilustra a realidade anteriormente vivida pelos estudantes (antes da criação do DCE/UERGS), considerando que mais de 50% dos estudantes da UERGS advém de classes sociais baixas onde se concentram diversas desigualdades sociais. A dificuldade de instrumentação de um referencial teórico-prático e de um projeto crítico e ativo e o fato dos estudantes estarem em diferentes realidades e processos de conscientização pode dificultar a ação coletiva, ou mesmo, torná-la mais tardia, como foi no caso em análise. Para Silva (2007, p.103) a consciência política é um «(...) processo contínuo de elaboração de visões de mundo em seus sentidos normativos, pragmático-situacionais e cognitivo-informativos”. A capacidade de elaborar projetos e empreender ações coletivas está associada à ampliação da consciência política, que por sua vez se relaciona à cultura política forjada nas instituições e processos relacionais de uma sociedade.

Na próxima seção do artigo aprofundamos essas questões, analisamos e discutimos os dados oriundos dos documentos e questionários e exploramos as percepções e significações dos estudantes representantes e participantes do DCE/UERGS diante do processo de construção, consolidação e participação junto à entidade política.

Análises e discussões

A presente pesquisa se configura numa abordagem qualitativa, um estudo de caso de tipo exploratório, descritivo e interpretativo. Em relação aos procedimentos metodológicos e fluxos de dados foram analisados documentos institucionais, bases de dados públicas e aplicado um questionário com 05 (cinco) questões dissertativas referentes ao processo de constituição do DCE/UERGS com base nos referências bibliográficos estudados, a fim de analisar o processo de concepção da entidade estudantil, as propostas de projeto político, as ações realizadas durante a 1º gestão 2017-2018 do Diretório Central de Estudantes. O objetivo principal foi explorar e discutir a percepção dos participantes sobre consciência e participação política.

De acordo com o artigo 18º do Estatuto do Diretório Central de Estudantes (2017) da UERGS, “a diretoria tem liberdade de organizar-se interna e externamente como melhor entender, desde que respeite as normas deste estatuto”, sendo a Diretoria composta de: a) Coordenador(a) Geral; b) Coordenador(a) Geral; c) Coordenador(a) Geral; d) Secretário(a) Geral; e) Tesoureiro(a); f) 2º Tesoureiro(a); g) Diretor(a) da Região I; h) Diretor(a) da região II; i) Diretor(a) da região III; j) Diretor(a) da região IV; l) Diretor(a) da região V; m) Diretor(a) da região VI; n) Diretor(a) da região VII; o) Diretor(a) de comunicação: Parágrafo 2º - Diretores das regiões devem estudar nas regiões respectivas. No momento da pesquisa, os contatos para solicitação de

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. . Informações Institucionais. Disponível em: <<http://www.uergs-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/12162803-dados-institucionais-2018-I-site.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

participação foram enviados por e-mail e redes sociais para todos os membros participantes e aos 24 (vinte e quatro) Centros Acadêmicos da UERGS, correspondentes às 24 (vinte e quatro) Unidades Universitárias distribuídas pelo Estado do RS.

Após o contato prévio e concordância dos participantes, o questionário foi enviado por e-mail e auto aplicado junto aos participantes ativos do DCE e membros egressos que tinham ocupado cargos e se retirado, tendo em vista que a não participação política dentro do DCE também foi aspecto evidente. Assim, se resolveu aplicar o questionário a todos os membros dispostos a colaborar. Para nossa surpresa, ao final do processo somente 03 (três) estudantes responderam ao questionário: o 2º Diretor da Região III (Participante A), 01 (um) dos coordenadores gerais (Participante B) e o 2º Diretor da Região VI (Participante C).

Chamou-nos especial atenção o reduzido número de participantes se comparados aos que, inicialmente manifestaram interesse em participar. A baixa adesão ao estudo nos sugere algumas reflexões: talvez um sentimento de “constrangimento” em falar de temas e processos políticos numa instancia de representação da qual participam ou participaram; um sentimento de “negação” ao falar do processo, principalmente no caso de alunos egressos do DCE, atrelado a certo “fatalismo” em aceitar os processos como são, como se deram, sem considerar a importância da reflexão crítica à mudança social; ou simplesmente o descompromisso com as ações de pesquisa envolvendo os estudantes.

As análises que seguem discutem as percepções desses participantes acerca dos processos de consciência, mobilização e participação política, elaborados e desenvolvidos no DCE/UERGS. Buscamos destacar os conjuntos de percepções e significações quanto à importância das ações, as pautas e agendas principais, as motivações, objetivos e projeto político.

A primeira questão levantada foi sobre as motivações à participação nas ações, sendo que houve um consenso nas respostas sobre a efetivação da voz do estudante dentro da universidade, apontado como um direito do estudante à participação efetiva nas decisões que são tomadas. Considerando o percurso iniciado, de organização de uma entidade que há mais de 15 anos estava desativada, adormecida, um dos estudantes membro do DCE/UERGS situa:

[...] o período de criação da entidade foi longo, mas nunca quis desistir do processo, se iniciou em 2015 no Salão de Iniciação da UERGS (SIEPEX) com uma comissão de 24 membros e que se esvaziou, sendo que em março de 2016, eu e a aluna “x” tomamos frente ao processo e conseguimos construir uma entidade que estava adormecida há 15 anos. (Participante B).

A relevância na construção da entidade estudantil como espaço de comunicação entre os estudantes e de capacidade de ação é retratada através das palavras de mais um dos membros, o qual ressalta como foi necessária essa construção: “A necessidade dos alunos terem voz nas decisões da administração da universidade, pois antes da criação do DCE a opinião dos mesmos não era respeitada” (Participante A).

Pode-se analisar que alguns dos estudantes não se sentiam respeitados nas suas opiniões antes da construção do DCE/UERGS como espaço de expressão, o que caracterizou uma das diretrizes da ação política do grupo. A criação do DCE como dispositivo para demarcar um lugar, um lócus de participação estudantil de forma mais eficaz.

No modelo analítico para estudo da consciência política proposto por Salvador Sandoval (1989, 1994, 1997, 2001) e recentemente reformulado em 2016 aponta esse lócus de participação com o sentimento que a pessoa/grupo atribui à sua capacidade de intervenção nas ações políticas, sendo um dos elementos fundamentais de participação, assim denominada como eficácia política, nas palavras de Sandoval é “(...) uma dimensão que trata dos sentimentos de uma pessoa acerca de sua capacidade de intervir em uma situação política” (HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, p. 41).

Ainda assim, conforme Silva (2003) a participação política é conseguinte à cultura política.

[...] o fato de que o importante é participar, independente de qual seja o nível dessa participação. Importa participar porque somente participando é que os indivíduos adquirem um grande aprendizado político. Tal aprendizado está relacionado à cultura política, sendo que resulta dessa relação o fato de que [...] a participação política se concretiza a luz de uma cultura política. (SILVA, 2003, p.68).

É na cultura política que se dá a eficácia de participação política, sujeitos que participam de espaços coletivos de discussão tendem a um maior envolvimento grupal, coletivo, visto que a experiência de vida dos sujeitos somada ao ingresso em uma universidade pública, espaço comunicativo e de trocas, influencia nas escolhas e esferas de participação.

Silva (2003) em seu trabalho expressa as contribuições de Souza (1994), as quais se somam as de Sandoval (1989) quanto à relação da participação política com a cultura, com as experiências políticas que os sujeitos experimentam nos espaços coletivos de discussão e de participa/ção. Com relação a esses aspectos, Souza destaca a contribuição de Sandoval (1989) no que se refere à análise de quais fatores poderiam motivar o indivíduo a participar ou não de um movimento social. Para Souza,

a participação política não surge do nada, e é nesse sentido que enfatizamos os espaços grupais de discussão, pois acreditamos que grande parte dos participantes políticos/sociais passaram por espaços comunicativos, seja na Igreja, no partido político, no sindicato, nas fábricas, nos bares, etc. [...] Os espaços comunicativos [...] são decisivos no sentido de levar o indivíduo à participação efetiva nos movimentos sociais, e no sentido de contribuir para a formação da identidade coletiva, a partir do momento que, nesses espaços, há possibilidade de reconhecimento recíproco. (SILVA, 2003, p. 68)

Essas considerações analisam um contexto diferente do colocado em estudo, ao se tratar de movimentos sociais e não de entidades estudantis, mas revela os espaços comunicativos, expressos no estudo enquanto espaços coletivos de discussão, mecanismos potentes para conduzir os sujeitos à participação e elaboração de uma “identidade” coletiva de projeto político. Sandoval (2001) atribui significado à dimensão identidade coletiva, como aquela que permite a identificação dos sujeitos com os grupos, com as adversidades e problemas identificados, sendo que esses interesses, afetos e cognições impulsionam as ações.

Para que se possa pensar a concretização da identidade coletiva [...] a categoria participação política como “*elemento auxiliador*”, visto que o termo não deve designar apenas a militância, mas, em seu sentido mais amplo, aquilo que seja a participação em si e do que produz no sujeito coletivo como tal (SILVA 2003, p.67)

Portanto, a participação política se configura a partir de espaços coletivos de discussão resultantes da cultura em que os sujeitos estão inseridos. Os sentidos da participação, os vínculos com o projeto coletivo são determinantes à construção da identidade coletiva dos sujeitos, os quais se identificam em grupos com os mesmos interesses.

Quanto à consolidação do DCE/UERGS enquanto entidade de representação máxima dos estudantes e seu espaço de atuação dentro da Universidade foram ressaltadas diferentes conquistas do grupo nas 24 unidades de ensino em que a UERGS está distribuída⁵.

A importância é de fato as representações dentro da administração da universidade, essa foi a maior conquista e feito de nossa gestão. Durante esse quase um ano de gestão conquistamos muitas reivindicações que eram de necessidade dos alunos, como representação em conselhos, liberação de verbas, mais bolsas e mais transparência (Participante A).

O participante B especifica as diversas ações realizadas pelo DCE promovendo uma reflexão no que tange ao projeto político colocado em curso, as atividades propostas e as estratégias utilizadas.

⁵ As Unidades Universitárias da UERGS estão integradas em 07 (sete) Campi Regionais, conforme aprovado no Estatuto da Universidade através do Decreto nº 43.240 de 15 de julho de 2004 (RIO GRANDE DOS SUL, 2004). Campus Regional I: Unidades Universitárias localizadas em Guaíba, Osório, Novo Hamburgo e Porto Alegre; Campus Regional II: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Montenegro, São Francisco de Paula e Vacaria; Campus III: Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva e Soledade; Campus Regional IV: São Luiz Gonzaga e Três Passos; Campus V: Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul; Campus VI: Alegrete, Bagé, Santana do Livramento e São Borja e Campus VII: Tapes. Os Campi Regionais compreendem áreas de abrangência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). RIO GRANDE DO SUL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS. Disponível em: <<http://www.uergs-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/12162803-dados-institucionais-2018-I-site.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

- a) Organização do Fórum Permanente de Discentes (FOPEDI), onde a primeira edição foi criada pela professora Aline Reis Calvo Hernandez e após a saída da mesma do Núcleo de Atendimento ao Discente, vinculado a Pró Reitoria de Ensino, os discentes e o DCE começaram a auxiliar na organização do evento, junto à Universidade;
- b) Liberação do prédio II da UERGS em Porto Alegre, durante a ocupação liderada pelo DCE durante um impasse entre a CEEE e a UERGS, os alunos ficaram sem um prédio, impossibilitando a oferta de disciplinas por falta de sala de aula, o DCE ocupou o prédio e ajudou a retomar o espaço para a Universidade;
- c) Suplementação das bolsas e aumento no orçamento. Em 2016 o governo retirou 40 mil das bolsas da universidade e durante todo esse período o DCE juntamente com a gestão abraçou uma batalha que foi a reposição e aumento das bolsas;
- d) Auxiliou a pressionar o governo para contratação de professores e funcionários. Conseguimos através do ultimo concurso a liberação da contratação de professores e funcionários. (Participante B)

Essas ações foram fios condutores para além da construção da entidade em questão, mas para estabelecer relações de identificação entre os estudantes com pautas coletivas, com esferas de negociação e decisão. O projeto apresentado no coletivo “apresentamos”, “conseguimos” indica uma força unitiva e volitiva entre os estudantes, podendo coincidir com pautas de interesse da comunidade universitária mais ampla (docentes, técnicos, sociedade), diante de interesses que todos valorizam.

Os que não se identificam ao projeto são representados pelo DCE, por seu status de entidade estudantil que “fala” pelos estudantes. O engajamento dos estudantes nas ações é variável, pois depende da pauta e agenda formulada. Os participantes da pesquisa mencionaram a baixa participação dos estudantes, embora a organização se proponha a uma participação horizontal e aberta, assim como podemos analisar também essa baixa participação no que se refere ao questionário, para o qual foram convidados todos os membros a participação e apenas três se manifestaram. “A ação coletiva se refere à ação de indivíduos num contexto de coletividade, visando o alcance de objetivos específicos, que são compartilhados através de uma identificação coletiva, de forma a impulsionar as pessoas à ação em grupo para alcançar o objetivo pretendido” (PALASSI, 2016, p. 6).

Diante dessa colocação de Sandoval (2001) é possível identificar que a partir dessas ações em busca por objetivos comuns, os indivíduos se identificam com os significados atribuídos aos fenômenos políticos, as interpretações coletivas resultantes das experiências em contexto, isto é, as crenças e valores societários “podem ser entendidas como a representação social que os indivíduos constroem sobre a estrutura social, as práticas e finalidades das relações sociais” (COSTA, 2006, p.169).

Tendo em vista que “as ações coletivas são oportunidades de mobilização coletiva. Todavia, a ação das pessoas não acontece de forma igualitária frente a essas oportunidades, pois as ações dos sujeitos se dão em conformidade à composição da consciência política dos mesmos” (PALASSI, 2016, p. 6).

No entanto, a partir desse reconhecimento como estudante, como sujeito fundamental ao processo de ampliação dos direitos de participação, mobilização, decisão, é que esses indivíduos se encontram enquanto grupo, se identificam aos mesmos ideais. “É mediante o reconhecimento recíproco que se estabelece a identidade do grupo. Reconhecer-se reciprocamente é reconhecer-se como iguais, como detentores das mesmas carências. É em torno dessas carências que se reúne o grupo, que se mobiliza para a luta e para a permanência na mesma” (SILVA, 2003, p.69)

O processo de identidade considerado por Silva (2003, p. 67) é a “[...] identificação da própria pessoa no grupo, bem como a identificação feita pelo outro no mesmo grupo. Alter e ego se reconhecem”. As motivações do “eu” se veem refletidas num projeto coletivo, formulado e compartilhado por “nós”.

Através da análise das percepções de membros egressos e membros ativos (ou não) do DCE/UERGS foi possível perceber quais dos estudantes participantes estão realmente envolvidos na consolidação da entidade. Os membros egressos manifestaram certa desmotivação devido a um conjunto de fatores: ineficácia tanto na busca dos objetivos coletivos e anseios individuais quanto para agir coletivamente, por mais que inicialmente se identificassem com o projeto formulado.

Na atual gestão observei até o momento que fiz parte que o espaço era aberto apenas por um dos coordenadores. Em diversos momentos esbarrei com falta de vontade e às vezes

conflito com interesses políticos externos de outros movimentos estudantis. Quanto ao significado da entidade é importante perante a atual postura do governo do estado, mas infelizmente nem todos os seus coordenadores gerais deixam suas opiniões e interesses pessoais de lado para construção coletiva (Participante C).

Para esses membros, os anseios e frustrações individuais prevaleceram sobre as ações coletivas fragmentando relações recíprocas, de interesse e influencia que fossem comuns. A insatisfação de não se sentirem mais pertencentes ao contexto em questão, por não se sentirem ativos diante das ações que se direcionaram, as dinâmicas colocadas no contexto social e político da participação levaram à fragilização da participação. “É em torno dessas carências que se reúne o grupo, que se mobiliza para a luta e para a permanência na mesma” (SILVA, 2003, p.69) na ausência dessas identificações não há motivos para as ações.

Dessa forma os estudantes, membros ativos e egressos demonstram, mediante suas narrativas, a experiência enquanto processo de elaboração de identidades e identificações. Trata-se de um processo afetivo e cognitivo que se estabelece num sistema de trocas coletivas, de atravessamentos subjetivos. Já buscamos fundamentar as características dessas motivações, mas se ressalta a importância de considerar o tempo de cada sujeito à construção (ou não) da consciência política, pois envolve diversos fatores já discutidos. Para Sandoval (1994) “consciência é um conceito psicossociológico referente aos significados que os indivíduos atribuem as interações diárias e acontecimentos em suas vidas, ou seja, o contexto social é significado pelos indivíduos de acordo com a realidade vivida”.

Para compartilhar valores e crenças os indivíduos precisam estar em relação. Não há como se conscientizar diante de uma realidade que não proporcione a experiência de troca, de oposição, de desacordo, de conflito e de busca de consensos temporários e projetos coletivos, mas os sujeitos devem estar dispostos a viver as coletividades em prol da mudança social.

Considerações finais

O artigo analisou o fenômeno da participação política estudantil, a partir da construção e consolidação da entidade de representação máxima dos estudantes, o Diretório Central de Estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, presente há 17 anos no estado. O artigo enfocou o campo das representações sociais, das percepções e significações políticas, importante campo de estudos na Psicologia Política brasileira e latino-americana. É, portanto, um manuscrito que dialoga com o compromisso da construção de um campo ético e sintonizado com os interesses das coletividades.

Apresenta, nesta linha, uma reflexão sobre os primeiros contornos da institucionalização do movimento estudantil da UERGS, mediante a criação do Diretório Central de Estudantes. Para analisar a participação política dos estudantes utilizamos como referencial teórico o Modelo Analítico de Estudo dos Fenômenos da Consciência Política proposto por Salvador Sandoval (2001, 2016). Com base no Modelo, escolhemos como questões do estudo as dimensões da “Identidade Coletiva”, “Crenças” e “Valores Societais”, concentrando as análises nas dimensões da consciência política, da representação e participação dos estudantes.

Ressalta-se que se trata da análise de um processo político em curso, uma vez que investigamos a gestão 2017-2018 da instituição, configurando um estudo de relevância para o campo acadêmico, uma vez que problematiza e potencializa a participação política na universidade, seus impactos nas políticas estudantis, especialmente no atual contexto político de forte tendência à precarização do Ensino Superior público, à tecnicização e expansão do modelo de educação a distância. Além disso, procuramos colocar em tela de análise o contexto político de atuação estudantil, as formas e intensidades de participação, a crise da democracia atual e as variáveis que influenciam diretamente a eficácia de um projeto político participativo.

Para alcançar os objetivos foram analisados documentos institucionais, bases de dados públicas e elaborado um questionário com questões abertas que buscavam analisar a percepção dos membros do DCE/UERGS acerca dos processos de participação, negociação, os conflitos, as ações e a consolidação dessa entidade de representação e participação política e pública.

A dimensão da identidade coletiva diz respeito aos significados que os sujeitos atribuem às relações afetivas e cognitivas formuladas pelo grupo com o qual se identifica. Relaciona-se, simultaneamente, ao sentimento de pertença, de encontrar interesses similares no grupo, o que mobiliza a vontade de agir coletivamente.

Essa dimensão se expressou em algumas narrativas dos participantes do DCE/UERGS, indicando como

a participação política desses estudantes se configurou a partir de espaços coletivos de discussão resultantes da cultura universitária em que os mesmos estavam inseridos. A identidade coletiva desses estudantes se deu mediante a valorização de interesses, valores e crenças que impulsionaram ações coletivas junto à entidade. Não obstante, a intensidade foi sendo fragilizada com o passar do projeto, sendo um agravante a percepção de que o coletivo perdeu o foco nos objetivos e na formulação de estratégias eficazes de ação.

A dimensão das crenças e valores sociais está intimamente associada à identidade coletiva, pois é através de um conjunto de ideias, crenças e valores aprendidos e construídos durante as experiências de vida que os estudantes se identificam (ou não) com os demais. A consciência política é forjada por aspectos identitários oriundos da cultura vivida socialmente. Um conjunto de crenças vai sendo internalizado pelo indivíduo, dependendo da perspectiva e da capacidade de inserção e participação política do contexto social em que se localiza.

Diante do exposto pelos participantes se evidenciou certa “carência” em formular um rol de ideias e valores que representassem o coletivo frente à comunidade estudantil, logrando aderência ao projeto em curso e a não fragilização do projeto. Ficou evidente um momento inicial de ápice do DCE/UEGRS, onde a entidade garantiu assento e representação no Conselho Superior Universitário (CONSUN), formulou propostas de novas políticas estudantis e ações universitárias visando atender demandas estudantis. Não obstante, o grupo foi perdendo participantes e, conseqüentemente, a eficácia da ação política foi perdendo potência e representatividade na Universidade.

Referências

AZEVEDO, Lúcia Rangel. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **Eccom**, São Paulo, v. 3, n. 6, p.7-22, jul./dez., 2012.

CADASTRO E-MEC DE INSTITUIÇÕES E CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>> Acesso em: 18 jul. 2018.

COSTA, Gisele P. **Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre**. Tese de Doutorado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, 423 p.

ESTUDANTES, União Nacional dos. **DCE – Diretório Central dos Estudantes**. Disponível em: <<https://une.org.br/dicionario-do-me/dce-diretorio-central-dos-estudantes/>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

HEWSTONE, M. (1989). Causal attribution: from cognitive processes to collective beliefs. Cambridge, MA: Brasil Blackwell. In Sandoval, A.M.S. & Silva, A.S. O modelo de Análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In Hur, D.U. & Júnior, F.L. (2016). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes.

KLANDERMANS, B. (1992). Mobilization and Participation: Social psychological expansion of the resource mobilization theory. **American Sociological Review**, 49. p. 583-600.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2016**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasília, DF. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf>. Acesso em: 18 de jul. de 2018.

PALASSI, Márcia. P.; MARTINS, Geruza. F.; PAES DE PAULA, Ana. P. Consciência Política e Participação Cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma universidade pública no Brasil. **REAd**, Porto Alegre, v. 85, n. 3, p. 435-461, set/dez. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.646 de 10 de julho de 2001 autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/diariooficial/MostraPDF.aspx?arq=01CBADAF-8863-4149-8125-DA730108C5BF>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Estatuto do Diretório Central de Estudantes, 2017**. Disponível em: <<https://www.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/201705/23100342-estatutuouergsatualizado-1.pdf>>. Acesso em 19 dez 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Informações Institucionais**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://www.uergs-admin.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/12162803-dados-institucionais-2018-l-site.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2017-2021**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<http://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/201704/03105631-pdi-2017-2021.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. **Regimento Geral da Universidade (RGU)**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.uergs.edu.br/upload/arquivos/201607/13105536-regimento-geraluniversidade.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2018.

RODRIGUES, Priscila A.; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **A Crise de Representatividade do Movimento Estudantil**. 2013. 54 f. TCC de Graduação Curso de Bacharel em Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANDOVAL, Salvador A.M.; SILVA, Alessandro Soares da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando (Org.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 25-57.

SANDOVAL, S.A.M. (2001). The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Psicologia Política*, 1 (1).

SANDOVAL, S.A.M. (1997a). O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L. & SANDOVAL, S. (orgs.). *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

SANDOVAL, S.A.M. (1997b). Social Movements and Democracy in Brazil: patterns of popular contention and their impact on the process of redemocratization, 1977-1989. *Working Paper*, n. 234. Nova York: New School for Social Research/Center for Studies of Social Change.

SANDOVAL, S.A.M. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In: SPINK, M.J. (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

SANDOVAL, S.A.M. (1989). Considerações sobre aspectos microssociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia e Sociedade*, 4 (7), p. 61-72.

SILVA, Alessandro Soares da. S. & SANDOVAL, Salvador A.M (2016). O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: HUR, Domenico Uhng; LACERDA JÚNIOR, Fernando (Org.). **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 25-57.

SILVA, Alessandro Soares da. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 102-123, abr. 2007.

SILVA, Alessandro Soares da. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. **Revista Psicologia Política**, v.3, n.5, p. 55-88, out. 2002.

SILVA, Alessandro Soares da. O lugar das crenças e valores societais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. **Revista Interações**. São Paulo, v.7, n. 14, p. 69-90, jul/dez 2002.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016**. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

SOUZA, M. A. de. (1994). A Formação da Identidade Coletiva: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema. In SILVA, Alessandro Soares da. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. **Revista Psicologia Política**, v.3, n.5, p. 55-88, out. 2003.